



Ministério da Indústria, do Comércio e do Trabalho
Secretaria de Comércio e Serviços
Departamento Nacional de Registro do Comércio

00-2014/192040-8

04 JUN 2014 15:55

Guia: 101186694

(al)

JUCERJA

3330027240-2

Atos: 980

BSM ENGENHARIA S/A

NIRE (da sede ou da filial, quando a sede for em outra UF)

CÓDIGO DA NATUREZA JURÍDICA

Cumprir a exigência no mesmo local da entrada. Junta » Calculado: 417,00 DNRC » Calculado: 21,00

Pago: 417,00
Pago: 21,00

RQ.: 00002832027 04/06/2014 301



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Nome: BSM ENGENHARIA S/A

Nire: 3330027240-2

Protocolo: 00-2014/192040-8 - 04/06/2014

CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 05/06/2014. E O REGISTRO SOB O NÚMERO

E DATA ABAIXO

ED33000534-6/000

DATA: 05/06/2014

Valéria G.M. Serra
SECRETÁRIA GERAL

O ESTADO DO RIO DE JANEIRO

requer a V. Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE.	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	980			REGISTRO DE ESCRITURA DE DEBENTURES

(vide instruções de preenchimento e Tabela 2)

RIO DE JANEIRO

Local

04 / 06 / 2014

Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome:

Assinatura:

Telefone de contato:

JOÃO JOSÉ FORTATO AFONSO

Despachante Documentalista

CRDDARJ nº 00256

2º USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) Igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

5.º T.

Processo em ordem.
A decisão.

☐ NÃO

Data

Responsável

☐ NÃO

Data

Responsável

Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência.
(Vide despacho em folha anexa)

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐ Processo deferido. Publique-se e arquivar-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência.
(Vide despacho em folha anexa)

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐ Processo deferido. Publique-se e arquivar-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

Data

Presidente da

Vice

Vogal

Vogal

OBSERVAÇÕES:



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUI-ROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL REAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA BSM ENGENHARIA S.A.

entre

BSM ENGENHARIA S.A.
como Emissora

e

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
como Agente Fiduciário, representando a comunhão de Debenturistas

Datado de
03 de junho de 2014



ÍNDICE

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS AUTORIZAÇÕES SOCIETÁRIAS OBTIDAS PARA EMISSÃO DAS DEBÊNTURES E CONSTITUIÇÃO DAS GARANTIAS	4
CLÁUSULA SEGUNDA – DOS REQUISITOS	4
CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO	6
CLÁUSULA QUARTA – DA COLOCAÇÃO E PROCEDIMENTO	8
DE DISTRIBUIÇÃO E DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES	8
CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA	26
CLÁUSULA SEXTA – DO AGENTE FIDUCIÁRIO	31
CLÁUSULA SÉTIMA – DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS	40
CLÁUSULA OITAVA – DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA	42
CLÁUSULA NONA – DAS NOTIFICAÇÕES	44
CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	46
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO	47



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL REAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA BSM ENGENHARIA S.A.

Pelo presente instrumento particular, de um lado:

(a) **BSM ENGENHARIA S.A.**, sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Avenida Coronel Phidias Távora, nº 700, Pavuna, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o n.º 34.078.154/0001-18, com seus atos constitutivos devidamente registrados na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") sob o NIRE n.º 33.3.0027240-2, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Emissora" ou "Companhia"); e

de outro lado, na qualidade de agente fiduciário, representando os interesses da comunhão dos titulares das debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional real, em série única, da 1ª (primeira) emissão da Companhia ("Debenturistas", "Debêntures" e "Emissão", respectivamente");

(b) **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira autorizada a funcionar pelo BACEN, constituída sob a forma de sociedade por ações, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 4, sala 514, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, representando a comunhão de titulares das Debêntures (conforme definido abaixo) objeto da presente emissão, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Agente Fiduciário");

sendo a Emissora e o Agente Fiduciário doravante designados, em conjunto, como "Partes" e, individual e indistintamente, como "Parte";

vêm por esta e na melhor forma de direito celebrar o presente "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da BSM Engenharia S.A." ("Escritura de Emissão"), que será regido pelas cláusulas e condições a seguir.

Os termos aqui iniciados em letra maiúscula, estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído nesta Escritura de Emissão, ainda que posteriormente ao seu uso.



7

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS AUTORIZAÇÕES SOCIETÁRIAS OBTIDAS PARA EMISSÃO DAS DEBÊNTURES E CONSTITUIÇÃO DAS GARANTIAS

1.1. A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com deliberações tomadas na Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 03 de junho de 2014 (“AGE”) na qual foi deliberada: (a) a aprovação dos termos e condições da Emissão e da Oferta Restrita; (b) a aprovação da Alienação Fiduciária de Equipamentos (conforme abaixo definido); e (c) a autorização à diretoria da Companhia para adotar todas e quaisquer medidas e celebrar todos os documentos necessários à realização da Emissão e à celebração dos Contratos de Garantia (conforme abaixo definido), podendo, inclusive, celebrar aditamentos a esta Escritura de Emissão e aos Contratos de Garantia, tudo em conformidade com o disposto no artigo 59 da Lei n.º 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”).

1.2. A Alienação Fiduciária de Ações da Emissora (conforme abaixo definido) foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária da Alaof Brasil Infra Holdings S.A. realizada em 03 de junho de 2014 (“AGE da Alaof”).

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS REQUISITOS

A Emissão será realizada em observância aos seguintes requisitos:

2.1. Dispensa de Registro na CVM

2.1.1. A distribuição pública das Debêntures desta Emissão será realizada nos termos da Instrução da CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 476”) e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Oferta Restrita”).

2.2. Registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

2.2.1. Por se tratar de oferta para distribuição pública com esforços restritos de colocação e sem a utilização de prospecto, a Oferta Restrita poderá vir a ser registrada na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”), exclusivamente para fins de informar a base de dados da ANBIMA, nos termos do parágrafo 2º do artigo 1º do “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição

4

11



de Valores Mobiliários” após a expedição de diretrizes específicas para o cumprimento desta obrigação até o encerramento da Oferta Restrita.

2.3. Arquivamento e Publicação das Autorizações Societárias

2.3.1. A AGE será devidamente arquivada na JUCERJA e publicada no jornal “Diário Comercial” e no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, respectivamente, de acordo com o artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações.

2.3.2. A AGE da Alaof será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) e publicada no jornal “Diário Comercial” e no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

2.4. Arquivamento desta Escritura de Emissão

2.4.1. A presente Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão arquivados na JUCERJA, de acordo com o inciso II e com o parágrafo 3º do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

2.4.2. A Emissora compromete-se a enviar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original desta Escritura de Emissão e eventuais aditamentos, devidamente registrados na JUCERJA, em até 5 (cinco) Dias Úteis após a data de obtenção dos referidos registros.

2.5. Registro para Colocação Primária e Negociação Secundária

2.5.1. As Debêntures serão devidamente registradas para:

(a) distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e

(b) negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.5.2. Não obstante o disposto no item 2.5.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre investidores qualificados, conforme definido no artigo 4º, incisos I e II, da Instrução CVM 476, depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, observado o disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e uma vez verificado o cumprimento, pela Companhia, de suas obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM



476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

2.6. Registro das Garantias

2.6.1. O registro dos Contratos de Garantia e eventuais aditamentos será realizado nos órgãos competentes nos termos da legislação aplicável, sendo certo que:

- (a) o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Emissora será registrado nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos aplicáveis, nos termos do respectivo contrato, e o ônus constituído por meio desse instrumento sobre as respectivas ações será registrado no Livro de Registro de Ações da Emissora; e
- (b) o Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos será registrado nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos aplicáveis, nos termos do respectivo contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

3.1.1. De acordo com o Artigo 3º do seu estatuto social, a Emissora tem como objeto social: "(i) a prestação de serviços de operação logística e portuária e movimentação de cargas marítimas ou terrestres (Código Nacional de Atividades Econômicas ("CNAE") nº 52.50-8/04; (ii) engenharia de manutenção e montagem industrial (CNAE nº 33.14-7/08); (iii) serviço de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas (CNAE nº 43.99-1/04); (iv) navegação de apoio portuário (CNAE nº 50.30-1/02); (v) locação de máquinas, equipamentos, veículos, acessórios e produtos manufaturados (CNAE nº 77.39-0/99); (vi) representação comercial, importação e exportação de serviços de engenharia (CNAE nº 71.12-0/00); (vii) o exercício de atividade de assessoria técnica na elaboração de propostas (CNAE nº 71.12-0/00); (viii) elaboração de estudos de viabilidade técnica e comercial e projetos de instalação de equipamentos (CNAE nº 71.12-0/00); (ix) operação multimodal de transportes (CNAE nº 52.50-8/05); (x) transporte e armazenamento de cargas, inclusive cargas perigosas (CNAE nº 52.12-5/00 e 49.30-2/03); (xi) operação de terminais portuários e administração de infraestrutura portuária (CNAE nº 53.31-1/02); e (xii) locação de área para armazenagem (CNAE nº 52.11-7/99)".

3.2. Número da Emissão

3.2.1. A presente Emissão representa a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora.



10

3.3. Valor Total da Emissão

3.3.1. O valor total da Emissão será de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) na Data de Emissão ("Valor Total da Emissão").

3.4. Séries

3.4.1. A Emissão será realizada em série única.

3.5. Quantidade de Debêntures

3.5.1. Serão emitidas 10.000 (dez mil) Debêntures.

3.6. Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

3.6.1. O banco liquidante e escriturador mandatário da Emissão será o Banco Bradesco S.A., instituição financeira, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no núcleo administrativo denominado Cidade de Deus s/nº, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12 ("Banco Liquidante" e "Escriturador Mandatário"), cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o atual Escriturador Mandatário e Banco Liquidante na prestação dos serviços previstos neste item.

3.7. Destinação dos Recursos

3.7.1. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da Emissão serão destinados para o refinanciamento de dívidas da Emissora, contraídas em decorrência da aquisição do controle da empresa Grupo Tensor Equipamentos S.A. ("Aquisição da Grupo Tensor" e "Grupo Tensor", respectivamente), e necessidades de investimento.

3.8. Imunidade de Debenturistas

3.8.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sendo certo que, caso o Debenturista não envie referida documentação, a Emissora fará as retenções dos tributos previstos em lei.

7



3.8.2 O Debenturista que tenha apresentado documentação comprobatória de sua condição de imunidade ou isenção tributária, nos termos do item 3.8.1 acima, e que tiver essa condição alterada e/ou revogada por disposição normativa, ou por deixar de atender as condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável, ou ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, ou ainda, que tenha esta condição alterada e/ou revogada por qualquer outra razão que não as mencionadas neste item 3.8.2, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito, ao Banco Liquidante e Escriturador Mandatário, com cópia para a Emissora, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Banco Liquidante e Escriturador Mandatário ou pela Emissora.

3.8.3. Mesmo que tenha recebido a documentação referida no item 3.8.1. acima, e desde que tenha fundamento legal para tanto, fica facultado à Emissora depositar em juízo ou descontar de quaisquer valores relacionados às Debêntures a tributação que entender devida.

CLÁUSULA QUARTA – DA COLOCAÇÃO E PROCEDIMENTO DE DISTRIBUIÇÃO E DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Colocação e Procedimento de Distribuição

4.1.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, com a intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários (“Coordenadores”), sob o regime de garantia firme de distribuição, nos termos do “*Contrato de Estruturação, Coordenação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, sob o Regime de Garantia Firme de Subscrição, de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, em Série Única, da 1ª (Primeira) Emissão da BSM Engenharia S.A.*”, a ser celebrado entre a Emissora e os Coordenadores (“Contrato de Distribuição”).

4.1.2. A Oferta Restrita será realizada em observância ao plano de distribuição previamente acordado entre a Emissora e os Coordenadores, conforme estabelecido nesta Cláusula Quarta e no Contrato de Distribuição.

4.1.3. O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476 (“Plano de Distribuição”). Para tanto, os Coordenadores poderão acessar, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

4.1.4. A Oferta Restrita terá como público-alvo investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 109 da Instrução da CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, observado ainda o disposto no artigo 4º da Instrução CVM 476 (“Investidores Qualificados”).



4.1.4.1. Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta Restrita descrita na presente Cláusula: (i) todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (ii) as pessoas naturais e jurídicas consideradas Investidores Qualificados deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

4.1.5. A Emissão e a Oferta Restrita não poderão ter seu valor e quantidade aumentados em nenhuma hipótese.

4.1.6. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos da CETIP e com o Plano de Distribuição descrito nesta Cláusula Quarta.

4.1.7. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando, entre outros, que efetuaram sua própria análise com relação à capacidade de pagamento da Emissora, atestando adicionalmente estar ciente de que, dentre outros: (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM e que poderá vir a ser registrada na ANBIMA apenas para fins de informação de base de dados, nos termos da Cláusula 2.2.1 acima e das regras expedidas pela ANBIMA; e (ii) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas nesta Escritura de Emissão, no Contrato de Distribuição e na regulamentação aplicável, devendo, ainda, por meio de tal declaração, manifestar sua concordância expressa a todos os seus termos e condições ("Declaração de Investidor Qualificado").

4.1.8. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelos Coordenadores aos Investidores Qualificados interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Oferta Restrita, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.

4.1.9. Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

4.2. Data de Emissão das Debêntures

4.2.1. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 18 de junho de 2014 ("Data de Emissão").



4.3. Valor Nominal Unitário das Debêntures e Atualização do Valor Nominal Unitário das Debêntures

4.3.1. O valor nominal unitário das Debêntures será, na Data de Emissão, de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) ("Valor Nominal Unitário").

4.3.2. O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será corrigido ou atualizado monetariamente por qualquer índice.

4.4. Forma, Conversibilidade e Comprovação da Titularidade das Debêntures

4.4.1. As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem a emissão de certificados ou cautelas.

4.4.2. Para todos os fins e efeitos legais, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pelo Escriturador Mandatário, na qualidade de instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP em nome do Debenturista quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.5. Espécie

4.5.1. As Debêntures serão da espécie quirografária, com garantia adicional real, nos termos do item 4.17 abaixo.

4.6. Preço de Subscrição e Forma de Integralização

4.6.1. O preço de subscrição das Debêntures será seu Valor Nominal Unitário ("Preço de Subscrição").

4.6.2. As Debêntures serão integralizadas, à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição ("Data de Integralização"), pelo Preço de Subscrição, de acordo com as normas de liquidação e procedimentos estabelecidos pela CETIP.

4.7. Prazo de Vigência e Data de Vencimento

4.7.1. As Debêntures terão prazo de vigência de 7 (sete) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 18 de junho de 2021 ("Data de Vencimento").



4.8. Amortização

4.8.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado trimestralmente, a partir do dia 18 de dezembro de 2015 ("Prazo de Carência") e até a Data de Vencimento, sempre no dia 18 dos meses de março, junho, setembro e dezembro, em 23 (vinte e três) parcelas consecutivas, nas datas indicadas na tabela abaixo (cada data de amortização das Debêntures, uma "Data de Amortização das Debêntures"):

	DATA DE AMORTIZAÇÃO	% DO VALOR NOMINAL UNITÁRIO A SER AMORTIZADO
1	18/12/2015	4,348%
2	18/03/2016	4,348%
3	18/06/2016	4,348%
4	18/09/2016	4,348%
5	18/12/2016	4,348%
6	18/03/2017	4,348%
7	18/06/2017	4,348%
8	18/09/2017	4,348%
9	18/12/2017	4,348%
10	18/03/2018	4,348%
11	18/06/2018	4,348%
12	18/09/2018	4,348%
13	18/12/2018	4,348%
14	18/03/2019	4,348%
15	18/06/2019	4,348%
16	18/09/2019	4,348%
17	18/12/2019	4,348%
18	18/03/2020	4,348%
19	18/06/2020	4,348%
20	18/09/2020	4,348%
21	18/12/2020	4,348%
22	18/03/2021	4,348%
23	18/06/2021	saldo do Valor Nominal Unitário



4.9. Remuneração

4.9.1. Sobre o Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, *over extra grupo*, denominada "Taxa DI over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP ("Taxa DI"), no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>), capitalizada de uma sobretaxa de 2,75% (dois inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração"). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, desde a Data de Integralização ou desde Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização, de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

- J valor unitário da Remuneração, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento, devido no final de cada Período de Capitalização;
- VNe Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;
- FatorJuros Fator de juros, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread, \text{ onde}$$

- Fator DI Produtório das Taxas DI, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até o término do Período de Capitalização, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$



16

onde:

- k número de ordem das Taxas DI over, variando de 1 até n ;
- n número total de Taxas DI over, considerados em cada Período de Capitalização, sendo " n " um número inteiro;
- TDI_k Taxa DI over de ordem k , expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

- DI_k Taxa DI over, de ordem k , expressa ao ano, conforme divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;
- FatorSpread* Sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, conforme fórmula abaixo:

$$\text{FatorSpread} = \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right]$$

onde:

Spread ou sobretaxa = 2,7500 (dois inteiros e setenta e cinco centésimos);

- $n =$ número de Dias Úteis entre a Data de Integralização ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e a data de cálculo, sendo " n " um número inteiro.

Observações:

- (a) O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$, deve ser considerado com 16 (dezesseis) casas decimais sem arredondamento, assim como seu produtório;

Handwritten signature



- (b) Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que, a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (c) Se os fatores diários estiverem acumulados, considerar-se-á o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;
- (d) o fator resultante da expressão (Fator DI x Fator Spread) é considerado com 9 (nove) casas decimais com arredondamento; e
- (e) Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

4.9.2. O período de capitalização da Remuneração é, para o primeiro período de capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Integralização e termina na primeira Data de Pagamento da Remuneração e, para os demais períodos de capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior e termina na Data de Pagamento da Remuneração subsequente ("Período de Capitalização"). Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

4.9.3. No caso de indisponibilidade temporária, ausência da apuração e/ou divulgação e/ou limitação da Taxa DI e/ou em caso de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

4.9.4. Na ausência da apuração, divulgação e/ou limitação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias corridos contados da data esperada para apuração e/ou divulgação e/ou em caso de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial da Taxa DI, aplicar-se-á no lugar da Taxa DI, automaticamente, a taxa que venha a substituí-la legalmente. Caso não haja uma taxa substituta legal para a Taxa DI, será utilizada a variação da taxa média ponderada e ajustada das operações de financiamento por 1 (um) dia, lastreadas em títulos públicos federais e cursadas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia ("Taxa SELIC") ou em câmaras de compensação e liquidação de ativos, na forma de operações compromissadas, divulgadas pelo Banco Central do Brasil. Caso não haja divulgação apuração, divulgação da Taxa SELIC por prazo superior a 10 (dez) dias corridos contados da data esperada para apuração e/ou divulgação, será convocada, pelo Agente Fiduciário, em até 2(dois) Dias Úteis a contar do fim do prazo de 10 (dez) dias indicado nesta Cláusula 4.9.4, Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos e prazos estipulados na Cláusula VII desta Escritura e no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações, para deliberação pelos Debenturistas, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro de



remuneração das Debêntures, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis da Remuneração.

4.9.4.1. Caso não haja acordo sobre a nova taxa de juros referencial da Remuneração entre a Emissora e Debenturistas que detenham, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, a Emissora deverá adquirir a totalidade das Debêntures em Circulação, no prazo máximo de 30 dias corridos contados da data da ocorrência da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração devida até a data da efetiva aquisição, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Integralização ou da última Data de Pagamento da Remuneração, o que ocorrer por último. As Debêntures adquiridas nos termos deste item serão canceladas pela Emissora. Para o cálculo da Remuneração das Debêntures a serem adquiridas nos termos deste item, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente.

4.9.4.2. Caso a Taxa DI volte a ser divulgada a qualquer momento antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 4.9.4 acima, referida Assembleia Geral de Debenturistas não será realizada e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, sendo certo que até a data de divulgação da Taxa DI nos termos deste item 4.9.4.2, a última Taxa DI divulgada será utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão.

4.9.5. A Remuneração será devida a partir da Data de Integralização em parcelas trimestrais (cada data de pagamento de Remuneração, uma "Data de Pagamento da Remuneração"), sempre no dia 18 dos meses de março, junho, setembro e dezembro de cada ano, ocorrendo o primeiro pagamento em 18 de setembro de 2014 e o último na Data de Vencimento da Emissão.

4.9.5.1. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes à Data de Pagamento da Remuneração, Data de Amortização das Debêntures ou Data de Vencimento (em conjunto, as "Datas de Pagamento") até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, caso uma Data de Pagamento não seja um Dia Útil, de acordo com o estabelecido no item 4.19 abaixo.

4.9.6. Farão jus aos eventos previstos nesta Escritura de Emissão aqueles que sejam titulares de Debêntures em Circulação ao final do Dia Útil imediatamente anterior a cada Data de Pagamento.

4.9.7. Para fins da presente Escritura, a expressão "Saldo do Valor Nominal Unitário" significa o Valor Nominal Unitário das Debêntures remanescente após cada Data de Amortização.



4.10. Resgate Antecipado Total e Amortização Extraordinária Facultativa

4.10.1. *Resgate Antecipado Total.* A Emissora poderá, a qualquer tempo, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade dos Debenturistas, realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures ("Resgate Antecipado Total"), conforme descrito nos itens abaixo.

4.10.1.1. O Resgate Antecipado Total somente poderá ocorrer por meio de comunicação ao Agente Fiduciário e correspondência ou publicação de comunicação dirigida aos Debenturistas a ser amplamente divulgada nos termos do item 4.20 desta Escritura ("Comunicação de Resgate Antecipado Total"), com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos da data prevista para realização do efetivo Resgate Antecipado Total ("Data do Resgate Antecipado Total").

4.10.1.2. Por ocasião do Resgate Antecipado Total, os Debenturistas farão jus ao pagamento do Valor Nominal Unitário (ou do Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável), acrescido: (a) da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização (ou desde a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme aplicável) até a Data do Resgate Antecipado Total; e (b) de prêmio de resgate, correspondente a uma taxa expressa na forma percentual, de acordo com a tabela abaixo ("Taxa do Prêmio"), incidente sobre o Valor Nominal Unitário (ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável) acrescido da Remuneração conforme subitem "a" acima ("Valor do Resgate Antecipado Total"):

Data do Resgate Antecipado Total ou da Amortização Extraordinária Facultativa (mês contado a partir da Data de Emissão)	Taxa do Prêmio
De 19 de junho de 2014 (inclusive) até 18 de junho de 2015 (inclusive)	1,60%
De 19 de junho de 2015 (inclusive) até 18 de junho de 2016 (inclusive)	1,30%
De 19 de junho de 2016 (inclusive) até 18 de junho de 2017 (inclusive)	1,00%
De 19 de junho de 2017 (inclusive) até 18 de junho de 2018 (inclusive)	0,80%
De 19 de junho de 2018 (inclusive) até 18 de junho de 2019 (inclusive)	0,60%
De 19 de junho de 2019 (inclusive) até 18 de junho de 2020 (inclusive)	0,40%
De 19 de junho de 2020 (inclusive) até 17 de junho de 2021 (inclusive)	0,20%

4.10.1.3. Na Comunicação de Resgate Antecipado Total deverá constar: (a) a Data do Resgate Antecipado Total; (b) a Taxa do Prêmio a ser utilizada para cálculo do Valor do Resgate Antecipado Total; e (c) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Total.



70
J

4.10.1.4. As Debêntures objeto do Resgate Antecipado Total serão obrigatoriamente canceladas.

4.10.2. Amortização Extraordinária Facultativa. A Emissora poderá, a qualquer tempo, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade dos Debenturistas, realizar a amortização extraordinária facultativa, de forma parcial, limitada a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme aplicável), que deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures em Circulação ("Amortização Extraordinária Facultativa").

4.10.2.1. A Amortização Extraordinária Facultativa somente poderá ocorrer por meio de comunicação ao Agente Fiduciário e correspondência ou publicação de comunicação dirigida aos Debenturistas a ser amplamente divulgada nos termos do item 4.20 desta Escritura ("Comunicação de Amortização Extraordinária Facultativa") com antecedência mínima de 10 (dez) Dias Úteis da data prevista para realização da efetiva Amortização Extraordinária Facultativa ("Data da Amortização Extraordinária Facultativa").

4.10.2.2. Por ocasião da Amortização Extraordinária Facultativa, os Debenturistas farão jus ao pagamento de parcela do Valor Nominal Unitário (ou do Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) a ser amortizada, acrescida: (a) da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou desde a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme aplicável, até a Data da Amortização Extraordinária Facultativa; e (b) de prêmio de amortização, correspondente a uma taxa expressa na forma percentual, de acordo com a tabela prevista no item 4.10.1.2 acima, incidente sobre a parcela do Valor Nominal Unitário (ou do Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável) a ser amortizada acrescida da Remuneração conforme subitem "a" acima ("Valor da Amortização Extraordinária Facultativa").

4.10.2.3. Na Comunicação de Amortização Extraordinária Facultativa deverá constar: (a) a Data da Amortização Extraordinária Facultativa; (b) o percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme aplicável) que será amortizado, a ser definido a exclusivo critério da Companhia, mas, em todo caso, limitado a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures ou do Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, e (c) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização da Amortização Extraordinária Facultativa.

4.10.3. Caso ocorra o Resgate Antecipado Total ou a Amortização Extraordinária Facultativa de quaisquer Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, o respectivo Resgate Antecipado

A. X



Total ou Amortização Extraordinária Facultativa, conforme o caso, também seguirá os procedimentos adotados pela CETIP.

4.10.3.1. A CETIP deverá ser comunicada pela Emissora sobre o Resgate Antecipado Total ou sobre a Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures com antecedência mínima de 5 (cinco) Dias Úteis da respectiva data prevista para ocorrer o Resgate Antecipado Total ou a Amortização Extraordinária Facultativa, conforme o caso, por meio de envio de correspondência contendo o "de acordo" do Agente Fiduciário.

4.10.4. A data para realização de qualquer Resgate Antecipado Total ou Amortização Extraordinária Facultativa no âmbito desta Emissão deverá, obrigatoriamente, ser um Dia Útil.

4.11. Aquisição Facultativa

4.11.1. Nos termos do artigo 55, parágrafo terceiro, da Lei das Sociedades por Ações, é facultado à Emissora adquirir Debêntures de sua emissão: (i) por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário, desde que tal fato conste do relatório da administração e de suas demonstrações financeiras; ou (ii) por valor superior ao Valor Nominal Unitário, desde que observe as regras expedidas pela CVM. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão, a critério da Emissora, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures em Circulação.

4.12. Repactuação

4.12.1. As Debêntures não serão objeto de repactuação.

4.13. Aditamento à Presente Escritura de Emissão

4.13.1. Quaisquer aditamentos a esta Escritura de Emissão deverão ser firmados pela Emissora e pelo Agente Fiduciário, e posteriormente arquivados na JUCERJA, nos termos do item 2.3 acima.

4.14. Vencimento Antecipado

4.14.1. Observado o disposto nos itens abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar, assim que tiver ciência dos eventos, antecipada e automaticamente vencidas todas as obrigações da Emissora constantes desta Escritura de Emissão e exigirá dela o imediato pagamento do Valor Nominal Unitário ou do Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da



Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Integralização ou desde a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, até a data do seu efetivo pagamento, além dos encargos moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, independentemente de aviso ou notificação, na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses ("Hipóteses de Vencimento Antecipado Automático"):

- (a) inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures prevista nesta Escritura de Emissão não sanada no prazo de 1 (um) Dia Útil contado da data do respectivo inadimplemento, exceto se outro prazo tiver sido estabelecido;
- (b) se a Emissora inadimplir qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura e/ou nos Contratos de Garantia, conforme aplicável, desde que tal descumprimento não seja sanado (i) no prazo específico definido nos respectivos instrumentos; ou (ii) caso não haja prazo específico, em até 20 (vinte) dias corridos contados da data em que tal obrigação deveria ter sido cumprida;
- (c) se ocorrer o protesto legítimo de títulos contra a Emissora ou contra a Grupo Tensor, cujo valor unitário ou agregado ultrapasse R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) ou o valor equivalente em outra moeda, salvo se os protestos tiverem sido comprovadamente quitados, garantidos, sustados, extintos ou suspensos no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da notificação do respectivo protesto, ou se, no mesmo prazo, tiver sido devidamente comprovado pela Emissora que (i) o protesto tenha sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros; (ii) tenha sido obtida decisão judicial para a anulação ou sustação do protesto; ou (iii) o protesto tenha sido cancelado;
- (d) ocorrência de: (i) pedido de auto-falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial formalizado pela Emissora e/ou pela Grupo Tensor, independentemente do deferimento do pedido judicial da falência ou deferimento do processamento da recuperação judicial ou extrajudicial pelo juízo competente e/ou por qualquer dos credores ou classe de credores, conforme o caso; (ii) pedido de falência da Emissora e/ou da Grupo Tensor, ou formulado por quaisquer, que não seja devidamente elidido no prazo legal (iii) decretação de falência da Emissora e/ou da Grupo Tensor; (iv) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora e/ou da Grupo Tensor; e (v) evento análogo que venha a ser criado pela legislação falimentar em substituição ou complementação a estes institutos da Emissora e/ou da Grupo Tensor;



93

- (e) transformação da forma societária da Emissora, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (f) decretação de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária de natureza financeira da Emissora, de suas controladas e/ou da Grupo Tensor, seja como devedoras ou garantidoras, no mercado financeiro ou de capitais, local ou internacional, com os Debenturistas, não sanado no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data do respectivo inadimplemento;
- (g) resgate ou amortização de ações, distribuição de dividendos (incluindo dividendos a título de antecipação e/ou rendimentos sob forma de juros sobre capital próprio) acima do mínimo obrigatório caso a Emissora esteja em mora com relação às obrigações decorrentes desta Escritura;
- (h) se qualquer das Garantias Reais (i) se tornar insuficiente e não for reforçada no prazo estabelecido no respectivo Contrato de Garantia; (ii) se, por decisão judicial, for anulada, considerada nula, inválida ou inexecutável não sendo substituída ou sanada sua nulidade, invalidade ou inexecutabilidade nos prazos estabelecidos no respectivo Contrato de Garantia; ou (iii) de qualquer forma, deixar de existir, for rescindida ou transferida, por qualquer motivo, não sendo substituída no prazo estabelecido no respectivo Contrato de Garantia;
- (i) alteração ou modificação do objeto social da Emissora que modifique substancialmente o ramo de negócios atualmente explorado, sem que haja anuência prévia de Debenturistas que detenham, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim;
- (j) redução do capital social da Emissora, sem que haja anuência prévia de Debenturistas que detenham, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim, exceto caso tal redução seja realizada para absorção de prejuízos da Emissora;
- (k) alteração do controle acionário direto ou indireto da Emissora e/ou da Grupo Tensor, exceto (i) pela Aquisição da Grupo Tensor, bem como pela posterior Incorporação da Grupo Tensor, a serem realizadas pela Emissora e (ii) se previamente aprovado por escrito por Debenturistas que detenham, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim. Para

20



fins desta Escritura, o termo "controle" tem o significado a ele atribuído no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações;

- (l) ocorrência de cisão, fusão ou incorporação, inclusive incorporação de ações, da Emissora e/ou da Grupo Tensor, exceto (i) pela Incorporação da Grupo Tensor; (ii) se no âmbito de reorganização societária da Emissora não haja alteração de seu respectivo controle direto ou indireto; (iii) se no âmbito de reorganização societária da Grupo Tensor, após a Aquisição da Grupo Tensor, não haja alteração de seu respectivo controle direto ou indireto; ou (iv) caso referida fusão ou incorporação da Emissora e/ou da Grupo Tensor seja aprovada previamente por Debenturistas que detenham, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim, observado o disposto no artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações;
- (m) subordinação da dívida representada pelas Debêntures a qualquer outra dívida, exceto aquela cuja preferência decorra de determinação legal;
- (n) cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, pela emissora, de suas respectivas obrigações a serem assumidas nos termos desta Escritura e nos demais documentos da Emissão, conforme aplicável; e
- (o) não cumprimento de qualquer sentença arbitral definitiva, decisão judicial transitada em julgado ou procedimento assemelhado de caráter definitivo em relação à Emissora e/ou da Grupo Tensor.

4.14.2. O Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 2 (dois) Dias Úteis da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos eventos listados abaixo, a Assembleia Geral de Debenturistas, visando a deliberar sobre a eventual não declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o quorum específico estabelecido no item 4.14.4 abaixo, na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses ("Hipóteses de Vencimento Antecipado não Automático") e, em conjunto com as Hipóteses de Vencimento Antecipado Automático, "Hipóteses de Vencimento Antecipado");

- (a) descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro, a ser calculado com base das demonstrações financeiras auditadas por auditor independente registrado na CVM, no limite abaixo estabelecido nas datas de sua respectiva apuração anual, observado que a primeira verificação será feita com



25
B

base nas demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2014 ("Índice Financeiro"):

- (i) O índice obtido da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA deverá ser menor ou igual a 3,5 (três inteiros e cinco décimos) para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 e menor ou igual a 3,0 (três inteiros) para os exercícios sociais subsequentes.

onde:

"Dívida Líquida" corresponde ao somatório das dívidas financeiras onerosas consolidadas das empresas do grupo econômico da Emissora, junto a pessoas físicas ou jurídicas, incluindo empréstimos e financiamento com terceiros, emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, no mercado de capitais local e/ou internacional, menos o somatório das disponibilidades (caixa e aplicações financeiras). Em Dívida Líquida não serão considerados: (a) valores devidos aos antigos acionistas / sócios da Grupo Tensor, a título de pagamento pela aquisição de suas respectivas participações; e (b) valores devidos ao fisco a título de pagamentos de REFIS (programa de recuperação fiscal); e

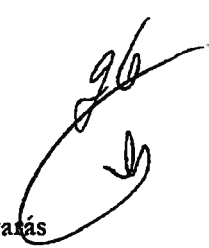
"EBITDA" significa o lucro consolidado das empresas do grupo econômico da Emissora antes de juros, tributos, amortização e depreciação ao longo do exercício social objeto da apuração, somado ao montante total de quaisquer aumentos de capital realizados na Emissora ao longo do respectivo exercício social.

- (b) inadimplemento de qualquer obrigação financeira da Emissora e/ou de suas controladas realizada no mercado local e/ou internacional, contraída com quaisquer terceiros que não os Debenturistas, cujo valor individual ou agregado seja superior a R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) ou seu valor equivalente em moedas estrangeiras, reajustados anualmente pelo IGPM, respeitados os prazos de cura específicos eventualmente estabelecidos nos respectivos instrumentos;
- (c) comprovação de inveracidade, insuficiência, incorreção ou inconsistência de qualquer declaração feita pela Emissora nos documentos relacionados à Emissão, que afete a análise dos investidores a respeito da Oferta, incluindo mas não se limitando à esta Escritura de Emissão e aos Contratos de Garantia;

X
A

X



- 
- (d) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão de autorizações, alvarás e/ou licenças, inclusive as ambientais, exigidas pelos órgãos competentes que afete o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora;
 - (e) não apresentação das apólices de seguro dos ativos dados em garantia, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos, com endosso em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, ou alteração destas apólices que possa prejudicar a garantia constituída por meio do Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos; e
 - (f) ocorrência de arresto, sequestro ou penhora sobre os bens da Emissora, em dimensões que venham a causar um Efeito Material Adverso.

4.14.3. Para fins desta Escritura de Emissão, “Efeito Material Adverso” significa qualquer circunstância ou fato, atual ou contingente, alteração ou efeito sobre a Emissora, que modifique adversamente a condição econômica, financeira, operacional, jurídica ou de qualquer outra natureza, da Emissora, prejudicando materialmente a capacidade da Emissora de cumprir com suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e da Emissão.

4.14.4. Se, nas Assembleias Gerais de Debenturistas referidas no item 4.14.2 acima, os Debenturistas detentores de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, determinarem que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures, o Agente Fiduciário não declarará o vencimento antecipado de tais Debêntures.

4.14.4.1. Na hipótese de (a) não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada no item 4.14.2 acima por falta de *quorum*, mesmo após segunda convocação, ou (b) não ser alcançado o *quorum* mínimo para deliberação acerca da não declaração de vencimento antecipado, conforme estabelecido no item 4.14.3 acima, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures, mediante imediato envio de notificação à Emissora neste sentido.

4.14.5. Em caso de vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures, com o seu consequente cancelamento, obrigando-se ao pagamento do Valor Nominal Unitário ou do Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Integralização ou desde a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, até a data do seu efetivo pagamento, além dos encargos moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de declaração do vencimento antecipado pelo Agente Fiduciário, à Emissora por meio de carta protocolada, ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio ou por telegrama.



4.14.6. Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário (i) deverá enviar notificação à CETIP informando sobre o vencimento antecipado das Debêntures; (ii) poderá tomar todas as medidas necessárias à defesa dos direitos, interesses e prerrogativas dos Debenturistas, assim como para execução dos Contratos de Garantia

4.14.7. O resgate das Debêntures de que trata o item 4.14.4. acima, assim como o pagamento das obrigações decorrentes de tais Debêntures, serão realizados observando-se os procedimentos da CETIP, com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, e/ou do Escriturador Mandatário, com relação às Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.15. Multa e Juros Moratórios

4.15.1. Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, incluindo, sem limitação, o pagamento da Remuneração, ficarão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sujeitos a (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago; e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido e não pago, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, calculados *pro rata temporis* desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento; além das despesas incorridas para cobrança de referidos montantes.

4.16. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

4.16.1. Sem prejuízo do disposto no item 4.15 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer remuneração adicional e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.17. Garantias

4.17.1. As obrigações assumidas pela Emissora com relação às Debêntures, conforme estabelecidas nesta Escritura de Emissão, contarão com as garantias abaixo descritas:

- (a) alienação fiduciária de 1.357.286 (um milhão, trezentas e cinquenta e sete mil, duzentas e oitenta e seis) ações ordinárias de emissão da Emissora ("Alienação Fiduciária de Ações



25

da Emissora”), em conformidade com os termos e condições do “Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia e Outras Avenças” (“Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Emissora”); e

- (b) alienação fiduciária de determinados equipamentos e/ou máquinas registrados no ativo da Emissora, de propriedade da Emissora, a ser constituída em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário (“Alienação Fiduciária de Equipamentos”, em conjunto com a Alienação Fiduciária de Ações da Emissora, “Garantias Reais”) e correspondente a no mínimo 130% (cento e trinta por cento) do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, em conformidade com os termos e condições a serem descritos no “Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Equipamentos em Garantia e Outras Avenças” (“Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos”, em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Emissora, “Contratos de Garantia”), sendo certo que:

- (i) todos os equipamentos que fizerem parte da Alienação Fiduciária de Equipamentos deverão estar assegurados por seguradora aceitável a critério dos Debenturistas representados pelo Agente Fiduciário e deverão ter sua apólice renovada anualmente durante todo o Prazo de Vigência das Debêntures; e
- (ii) a Emissora se compromete a endossar as apólices de seguro em favor dos Debenturistas no âmbito da garantia a ser constituída.

4.18. Local de Pagamento

4.18.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (a) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (b) os procedimentos adotados pelo Escriturador Mandatário, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.19. Prorrogação dos Prazos

4.19.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, até o primeiro Dia Útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos. Portanto, para os demais fins desta Escritura de Emissão, “Dia Útil” significa qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional.

A. X

X



98

4.20. Publicidade

4.20.1. Todos os atos e decisões decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser veiculados, nos termos da Instrução CVM 476, no "Diário Comercial" e no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores – *internet* (<http://www.bsm.com.br>) observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações e as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Oferta Restrita e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização. A publicação do referido aviso aos Debenturistas poderá ser substituída por correspondência registrada entregue a todos os Debenturistas e ao Agente Fiduciário, sendo certo que, caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo e publicar, nos jornais anteriormente utilizados, Aviso aos Debenturistas informando o novo veículo.

4.21. Liquidez e Estabilização

4.21.1. Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.

4.22. Fundo de Amortização

4.22.1. Não será constituído fundo de amortização para a presente Emissão.

4.23. Classificação de Risco

4.23.1. Não será contratada agência de classificação de risco no âmbito da Oferta para atribuir *rating* às Debêntures.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

5.1. Sem prejuízo do disposto na regulamentação aplicável, a Emissora está obrigada a:

(a) Fornecer ao Agente Fiduciário:

(i) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados de sua efetiva divulgação ou em até 90 (noventa) dias da data do encerramento de cada exercício social, o que ocorrer primeiro; (a) cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas, relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os

26

26



50
J

princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, conforme aplicável, acompanhadas do relatório da administração e do parecer de auditoria ou relatório de revisão especial dos auditores independentes, contendo a memória de cálculo explicitando as rubricas necessárias à apuração do Índice Financeiro, estabelecidos no item 4.14.2 (a) acima, devidamente auditado pelos auditores independentes contratados pela Emissora, acompanhadas de relatório demonstrando sua apuração, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário do Índice Financeiro, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários; e (b) declaração assinada pelo(s) diretor(es) da Emissora, na forma do seu estatuto social, atestando: (i) que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura de Emissão; e (ii) não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas; e (iii) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto;

(ii) avisos aos Debenturistas, fatos relevantes, conforme definidos na Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), assim como atas de assembleias gerais da Emissora que, de alguma forma, envolvam interesse dos Debenturistas, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que forem (ou devessem ter sido) publicadas ou, se não forem publicadas, da data em que forem realizadas; e

(iii) documentos comprobatórios atestando a utilização dos recursos captados na presente Emissão, conforme disposto na Cláusula 3.7 acima, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua efetiva utilização.

(b) manter sempre válidas, regulares e em pleno vigor todas as licenças, concessões, autorizações ou aprovações necessárias ao regular funcionamento da Emissora, exceto (i) no que se referir a licenças, concessões ou aprovações cuja perda, revogação ou cancelamento não cause um Efeito Material Adverso; e (ii) caso a perda, revogação ou cancelamento das referidas licenças, concessões, autorizações ou aprovações possa resultar em um Efeito Material Adverso, se tal perda, revogação ou cancelamento seja decorrente de caso fortuito, força maior ou qualquer outro evento alheio à vontade e/ou alcance da Emissora;

(c) manter em vigor toda a estrutura de contratos e demais acordos existentes necessários para lhe assegurar a manutenção de suas condições atuais de

X
P

27



funcionamento, exceto no que se referir a contratos e demais acordos cujo término não cause um Efeito Material Adverso;

- (d) cumprir as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou por aquelas que não afetem o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora;
- (e) manter os bens objeto da Alienação Fiduciária de Equipamentos adequadamente seguros, conforme práticas correntes de mercado durante todo o Prazo de Vigência das Debêntures;
- (f) notificar em até 1 (um) Dia Útil o Agente Fiduciário sobre a ocorrência de quaisquer Hipóteses de Vencimento Antecipado desta Escritura de Emissão;
- (g) notificar em até 5 (cinco) dias corridos o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora, ou demais eventos ou situações que (i) cause um Efeito Material Adverso; ou (ii) faça com que as demonstrações financeiras da Emissora não mais reflitam a real condição financeira da Emissora; ou (iii) tornem qualquer das declarações prestadas pela Emissora na presente Escritura de Emissão total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas;
- (h) manter-se adimplente com relação a todos os tributos, taxas e/ou contribuições decorrentes da Oferta Restrita, exceto aqueles objeto de contestação administrativa ou judicial;
- (i) prestar informações ao Agente Fiduciário, dentro do prazo de 5 (cinco) dias corridos, sobre qualquer autuação pelos órgãos governamentais, de caráter fiscal, trabalhista, ambiental ou de defesa da concorrência, entre outros, em relação à Emissora, que possa vir a causar um Efeito Material Adverso;
- (j) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais, de acordo com o artigo 17 da Instrução CVM 476;
- (k) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;



- (l) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- (m) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento de seu exercício social, e manter tais demonstrações financeiras em sua página na rede mundial de computadores pelo prazo mínimo de 3 (três) anos contados de sua disponibilização nos termos do artigo 17 da Instrução CVM 476;
- (n) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo art. 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Agente Fiduciário;
- (o) divulgar, até a data de integralização das Debêntures, na rede mundial de computadores da Emissora cópia das suas demonstrações financeiras completas e auditadas relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013;
- (p) encaminhar qualquer informação relevante sobre a presente Emissão que seja razoável e lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário e quaisquer informações a respeito da ocorrência de qualquer dos eventos indicados nos itens 4.14.1. e 4.14.2. acima, no prazo de até 5 (cinco) dias corridos após a cobrança feita pelo Agente Fiduciário ou após ter tomado conhecimento da ocorrência de qualquer Hipótese de Vencimento Antecipado;
- (q) encaminhar ao Agente Fiduciário cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora, relacionada às Hipóteses de Vencimento Antecipado, em prazo não superior a 5 (cinco) dias corridos após o seu recebimento;
- (r) contratar e manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Liquidante, Escriturador Mandatário, a CETIP e o Agente Fiduciário;
- (s) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (t) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário, que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e



33

custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida ao Debenturista nos termos desta Escritura de Emissão, sendo certo que quaisquer despesas superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas pela Emissora. O Agente Fiduciário fica desde já ciente e concorda com o risco de não ter tais despesas reembolsadas caso não tenham sido previamente aprovadas e realizadas em discordância com (i) critérios de bom senso e razoabilidade geralmente aceitos em relações comerciais do gênero, e (ii) a função fiduciária que lhe é inerente;

- (u) cumprir o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conama - Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas que afetem o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão;
- (v) nos termos de sua política interna anticorrupção, garantir que nem ela nem suas Afiliadas, e todas as pessoas agindo em seu nome ou de suas Afiliadas, incluindo gerentes, conselheiros, diretores ou empregados ("Representantes"), realize (i) qualquer oferta, promessa ou entrega de pagamento ou outra espécie de vantagem indevida a funcionário, empregado ou agente público, partidos políticos, políticos ou candidatos políticos, em âmbito nacional ou internacional, ou a terceiras pessoas relacionadas, (ii) pagamentos que possam ser considerados como propina, abatimento ilícito, remuneração ilícita, suborno, tráfico de influência ou atos de corrupção em geral em relação a autoridades públicas nacionais e estrangeiras, e (iii) e (iii) qualquer outro ato que possa ser considerado lesivo à administração pública nos termos da Lei nº 12.846/2013 ("Atos Lesivos");
- (w) observar as disposições da Instrução CVM 358, no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
- (x) cumprir com todas as determinações emanadas da CVM e da CETIP, no que se refere à Oferta Restrita, com envio de documentos, se for o caso, prestando, ainda, todas as informações que lhes forem solicitadas pela CVM e pela CETIP;
- (y) a Emissora deverá assegurar que, durante todo o tempo, esta Escrituras e as Debêntures se classifiquem ao menos *pari passu* em prioridade de pagamento com todas as



outras obrigações financeiras/endividamentos da Emissora contraídos de tempos em tempos, de acordo com os termos desta Escritura;

- (z) caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos desta Escritura, mas não o faça, convocar, nos termos da Cláusula Sétima desta Escritura de Emissão, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre quaisquer matérias que estejam direta ou indiretamente relacionadas à presente Emissão;
- (aa) não realizar operações ou praticar qualquer ato em desacordo com seu objeto social, especialmente aqueles que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão;
- (bb) enviar à CETIP: (i) as informações divulgadas na rede mundial de computadores previstas nas alíneas (m) e (n) acima; (ii) documentos e informações exigidas por esta entidade no prazo de 3 (três) Dias Úteis a contar do recebimento de notificação nesse sentido; assim como (iii) atender integralmente as demais obrigações previstas no Comunicado CETIP n.º 28, de 2 de abril de 2009; e
- (cc) comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas sempre que solicitado e convocada nos prazos previstos nesta Escritura de Emissão.

CLÁUSULA SEXTA – DO AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A Emissora nomeia e constitui Agente Fiduciário da Emissão, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, qualificada no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lci e da presente Escritura de Emissão, representar os interesses da comunhão dos Debenturistas.

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara que:

- (a) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (b) aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas Cláusulas e condições;
- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;



- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;
- (f) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28");
- (g) está devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável e vigente;
- (h) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (i) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- (j) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, na Data de Emissão, especialmente a regularidade da prestação das Garantias Reais, nos termos no inciso IX do artigo 12 da Instrução CVM 28, baseado nas informações prestadas pela Emissora, observado que o Agente Fiduciário não conduziu nenhum procedimento de verificação independente quanto à veracidade das informações ora apresentadas, com o quê os Debenturistas ao subscreverem ou adquirirem as Debêntures declaram-se cientes e de acordo;
- (k) para fins do disposto na Instrução CVM nº 28, na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, não presta serviço de agente fiduciário nas emissões das empresas do grupo da Emissora; e
- (l) a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura de Emissão tem poderes bastantes para tanto.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou até sua efetiva substituição. Em ambos os casos, o término do exercício das funções do Agente Fiduciário será formalizado por meio de aditamento a esta Escritura de Emissão.

6.4. Serão devidos, pela Emissora ao Agente Fiduciário, honorários pelo desempenho dos



36

deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura, correspondentes a uma remuneração anual de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), sendo a primeira parcela devida no 5º (quinto) Dia Útil contado da data de celebração desta Escritura de Emissão, e as demais, no mesmo dia dos anos subsequentes.

6.4.1. As parcelas citadas no item 6.4 supra serão reajustadas pela variação acumulada do IGP-M, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário. A remuneração será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

6.4.2. As parcelas citadas nos itens acima, serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (Imposto de Renda), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

6.4.3. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

6.4.4. O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante depósito na conta corrente a ser indicada por esta no momento oportuno, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento.

6.4.5. A remuneração não inclui despesas consideradas necessárias ao exercício da função de agente fiduciário, durante a implantação e vigência do serviço, as quais serão cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em nome da Emissora ou mediante reembolso, sempre que possível, após prévia aprovação, quais sejam: publicações em geral, notificações, extração de certidões, fotocópias, digitalizações, envio de documentos, custos incorridos em contatos telefônicos relacionados à emissão, viagens, transportes, alimentação, estadias, despesas com especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal aos Debenturistas.

6.4.6. Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser,

37



37
D

sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente conforme previsto em Lei, ressarcidas pela Emissora, sendo certo que quaisquer despesas superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) serão, sempre que possível, submetidas à prévia aprovação pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, na condição de representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar adiantamento aos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

6.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios negócios;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou déficits de que tenha conhecimento;
- (e) promover, às expensas da Emissora, caso esta não o faça, o registro (i) desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na junta comercial competente e nos competentes Registros de Títulos e Documentos; (ii) dos Contratos de Garantia, nos competentes Registros de Títulos e Documentos, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários ao referido registro, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;

37
D



38

- (g) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões válidas emitidas por, dentre outros: distribuidores cíveis, distribuidores das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades, as quais deverão ser apresentadas em até 30 (trinta) dias corridos da data de solicitação;
- (h) solicitar, quando considerar necessário, às expensas da Emissora, e desde que justificada, auditoria extraordinária na Emissora;
- (i) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, conforme item 4.20 acima;
- (j) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (k) elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as informações abaixo. Para tanto, a Emissora obriga-se desde já a informar e enviar o organograma de seu grupo societário, o qual deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas, e as sociedades integrantes do bloco de controle da Emissora, conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social, todos os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório aqui citado, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização na CVM:
 - (i) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (ii) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
 - (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
 - (iv) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;

39



99

- (v) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;
- (vi) resgate, amortização e pagamento de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
- (vii) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- (viii) relação dos bens e valores entregues ao Agente Fiduciário, compreendendo sua administração e/ou prepostos;
- (ix) declaração sobre a suficiência e exequibilidade das Garantias Reais; e
- (x) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28;
- (l) disponibilizar o relatório a que se refere a alínea anterior aos Debenturistas até o dia 30 de abril de cada ano. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
 - (i) na sede da Emissora;
 - (ii) na sede do Agente Fiduciário;
 - (iii) na CVM;
 - (iv) na CETIP; e
 - (v) na sede do Coordenador Líder.
- (m) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no item anterior;
- (n) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto ao Escriturador Mandatário, o Banco Liquidante e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora e os Debenturistas, assim que subscrever, integralizar ou adquirir as Debêntures,

36



40

expressamente autorizam, desde já, o Escriturador Mandatário, o Banco Liquidante e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;

- (o) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer da Emissora;
- (p) notificar os Debenturistas, individualmente ou, caso não seja possível, por meio de aviso publicado nos jornais mencionados no item 4.20 acima, acerca de qualquer inadimplemento pela Emissora, no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis corridos contados da data em que tomar ciência da ocorrência ou da data em que o evento se tornar público, o que ocorrer primeiro, de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações;
- (q) disponibilizar, diariamente, o Valor Nominal Unitário a ser calculado pela Emissora, aos Debenturistas e demais participantes do mercado através de sua central de atendimento e/ou por meio do site www.pentagonotrustee.com.br;
- (r) acompanhar com o Banco Liquidante em cada Data de Pagamento da Remuneração, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado na presente Escritura de Emissão;
- (s) acompanhar, anualmente, o enquadramento do Índices Financeiro com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, conforme Cláusula 4.14.2, alínea "a".

6.6. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos e condições desta Escritura de Emissão:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures conforme previsto nesta Escritura e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) executar os Contratos de Garantia, observados os termos e condições desta Escritura de Emissão e dos respectivos Contratos de Garantia, aplicando o produto da execução na amortização ou liquidação integral das obrigações da Emissora assumidas nos termos da Escritura de Emissão;

P.

37



- (c) requerer a falência da Emissora ou iniciar procedimento da mesma natureza quando aplicável;
- (d) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (e) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e/ou recuperação extrajudicial, bem como intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

6.6.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (d) acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar, nos termos desta Escritura ou por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em Circulação, conforme o caso, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação presentes à Assembleia Geral correspondente quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea (e) acima.

6.7. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato cuja decisão seja de competência dos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas por estes. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28, e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

6.8. Sem prejuízo do seu dever de diligência, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Adicionalmente, o Agente Fiduciário não será, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, os quais continuarão a ser de obrigação legal e regulamentar da Emissora, nos termos da legislação aplicável.

6.9. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, somente serão válidos quando previamente deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.



12

6.10. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, judicial ou extrajudicial, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar, conforme definido na Cláusula Sétima, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo Agente Fiduciário superior à ora avençada.

6.10.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

6.10.2. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

6.10.3. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

6.10.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e ao atendimento dos requisitos previstos na Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores aplicáveis.

6.10.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado nos termos do item 4.13 acima.

6.10.5.1 O Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas em forma de aviso nos termos do item 4.20 acima.

A. A.



13
H2

6.10.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

7.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral de Debenturistas, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

7.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação ou pela CVM.

7.3. A convocação da Assembleia Geral de Debenturistas se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora costuma efetuar suas publicações, conforme item 4.20 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.

7.4. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, a respeito das assembleias gerais de acionistas.

7.5. A Assembleia Geral de Debenturistas deverá ser realizada no prazo de 8 (oito) dias, contados da publicação do edital de convocação ou, caso não se verifique quorum para realização da Assembleia Geral de Debenturistas, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da nova publicação do edital de convocação.

7.6. A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, a metade mais um das Debêntures em Circulação, conforme definido no item 7.8 abaixo, e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

7.7. Cada Debênture conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não.

7.8. Para efeito da constituição do quorum de instalação e/ou deliberação a que se refere esta Cláusula Sétima, serão consideradas "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures em circulação no mercado, excluídas as Debêntures que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam de propriedade de seus controladores ou de qualquer de suas controladas ou coligadas, bem como dos respectivos diretores ou conselheiros e respectivos cônjuges ou de quaisquer

13

40



outra partes relacionadas. Para efeitos de quorum de deliberação não serão computados, ainda, os votos em branco.

7.9. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas, exceto quando formalmente solicitado pelo Agente Fiduciário, hipótese em que será obrigatória.

7.10. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

7.11. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

7.12. Exceto se estabelecido de forma diversa nesta Escritura de Emissão, as deliberações serão tomadas por Debenturistas que detenham, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer convocação subsequente.

7.13. As seguintes deliberações relativas às características das Debêntures, dependerão da aprovação por Debenturistas que detenham, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer convocação subsequente: (i) a Remuneração das Debêntures; (ii) as Datas de Pagamento da Remuneração; (iii) a Data de Vencimento das Debêntures; (iv) os valores e datas de amortização do principal das Debêntures; (v) as Hipóteses de Vencimento Antecipado estabelecidas nos itens 4.14.1. e 4.14.2. acima, inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário (*wavier*); (vi) modificação dos *quorums* de deliberação estabelecidos nesta Cláusula Sétima; (vii) alteração das obrigações adicionais da Emissora estabelecidas na Cláusula Quinta; (viii) alteração das obrigações do Agente Fiduciário, estabelecidas na Cláusula Sexta; (ix) alterações nos procedimentos aplicáveis às Assembleias Gerais de Debenturistas, estabelecidas nesta Cláusula Sétima e (x) alterações das Garantias prestadas.

7.14. As deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleias Gerais de Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os *quorums* estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido nas respectivas Assembleias Gerais de Debenturistas.

7.15. Independentemente das formalidades previstas na Lei e nesta Escritura de Emissão, serão consideradas regulares as deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.



CLÁUSULA OITAVA – DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA

8.1. A Emissora neste ato declara e garante que:

- (a) é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade anônima de capital fechado de acordo com as leis brasileiras e está devidamente autorizada a conduzir os seus negócios, com plenos poderes para deter, possuir e operar seus bens;
- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias, inclusive as societárias, à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) tem todas as autorizações e licenças necessárias exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas válidas;
- (e) a celebração e o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão não infringem ou contrariam (i) qualquer contrato ou documento do qual a Emissora e/ou suas controladas sejam parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto pelas Garantias Reais, na forma do item 4.17 acima; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora e/ou suas controladas ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora e/ou suas controladas ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (f) está cumprindo, exceto por aqueles que estejam sendo questionados de boa fé, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, inclusive com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às


42



Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social, exceto nos casos em que o descumprimento ou a violação referidos acima não afetem o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora;

- (g) observa, bem como faz com que seus Representantes observem, em todos os seus aspectos relevantes, toda e qualquer obrigação decorrente da Lei nº 12.846/2013 ou qualquer outra Lei Anticorrupção aplicável, adotando a política interna anticorrupção, que coíbe a prática dos Atos Lesivos e garante o integral cumprimento das referidas Leis de Anticorrupção e dos quais seus Representantes tenham pleno conhecimento;
- (h) as demonstrações financeiras da Emissora relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2012 e 2013 são verdadeiras, completas e corretas em todos os aspectos na data em que foram preparadas; refletem, de forma clara e precisa, a posição financeira e patrimonial, os resultados, operações e fluxos de caixa da Emissora no período, conforme aplicável;
- (i) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por livre vontade da Emissora;
- (j) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
- (k) nesta data, (i) está observando e cumprindo seu estatuto social ou quaisquer obrigações e/ou condições contidas em contratos, acordos, hipotecas, escrituras, empréstimos, contratos de crédito, notas promissórias, contratos de arrendamento mercantil ou outros contratos ou instrumentos dos quais seja parte ou possa estar obrigada, exceto nos casos em que eventual descumprimento, violação ou inadimplemento não afetem o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora; (ii) está cumprindo com a legislação brasileira em vigor necessária ao exercício de suas atividades, exceto nos casos em que eventual descumprimento, violação ou inadimplemento não afetem o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora; e (iii) o cumprimento de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e da Oferta Restrita não resultará em violação de qualquer lei aplicável, estatuto, regra, sentença, regulamentação, ordem, mandado, decreto judicial ou decisão de qualquer tribunal, nacional ou estrangeiro;





- 
- (l) todas as informações prestadas pela Emissora no âmbito da presente Oferta Restrita, ou concomitantemente à presente data, para fins de análise e aprovação da Emissão das Debêntures, são corretas, completas e verdadeiras em todos os seus aspectos relevantes na data na qual referidas informações foram prestadas e não omitem qualquer fato relevante necessário para fazer com que referidas informações não sejam enganosas em referido tempo à luz das circunstâncias nas quais foram prestadas;
- (m) a Emissora não possui conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro procedimento de investigação governamental que (i) cause um Efeito Material Adverso; ou (ii) tenha como propósito anular, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar esta Escritura de Emissão;
- (n) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto (i) a inscrição da Escritura de Emissão e da AGE na junta comercial competente; (ii) o registro das Debêntures na CETIP; e (iii) o registro dos Contratos de Garantia nos competentes Registros de Títulos e Documentos;
- (o) esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida e vinculativa da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil Brasileiro; e
- (p) a Emissora tem plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, não poderá realizar outra oferta pública de debêntures da mesma espécie de sua emissão dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM.

8.2. A Emissora se compromete a notificar em até 2 (dois) Dias Úteis os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

CLÁUSULA NONA – DAS NOTIFICAÇÕES

9.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:





Hg

Para a Emissora:

BSM ENGENHARIA S.A.

Avenida Coronel Phidias Távora, 700 – Pavuna – Rio de Janeiro – RJ

CEP 21535-510

At.: Sr. Augusto Rocha / Virgílio Carelli / Giancarlo Rigon

Telefone: +55 21 3452-9452

Fac-símile: +55 21 2474-2617

Correio Eletrônico: guto.rocha@bsm.com.br / virgilio@bsm.com.br / grigon@bsm.com.br

Para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Avenida das Américas, n.º 4.200, Bloco 04, Sala 514, Barra da Tijuca

CEP 22640-102 – Rio de Janeiro, RJ

At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira

Telefone: (21) 3385-4565

Fac-símile: (21) 3385-4046

E-mail: backoffice@pentagonotruster.com.br

Para o Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

BANCO BRADESCO S.A.

Cidade de Deus, s/nº, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara

Osasco, SP - CEP 06029-900

At.: Barros Sr. João Batista de Souza / Sr. Fabio da Cruz Tomo

Tel.: (11) 3684-7911 / (11) 3864-2852

Fax: (11) 3684-2714

e-mail: 4010.jbsouza@bradesco.com.br / 4010.custodiarf@bradesco.com.br / 4010.tomo@bradesco.com.br

Para a CETIP

CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº1.663, 4º andar

CEP 01452-002 – São Paulo / SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Telefone: 011 3111-1596

Fac-símile: 011 3111-1564

Correio Eletrônico: valores.mobiliarios@cetip.com.br

9.2. As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile e/ou e-

A



mail serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra parte pela parte que tiver seu endereço alterado.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba a qualquer uma das partes da presente Escritura de Emissão, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda acima, obrigando as partes por si e seus sucessores.

10.3. Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

10.4. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.5. A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas à execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes, do Código de Processo Civil.

10.6. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

46



50
J

10.7. Exceto se previsto de outra forma nesta Escritura de Emissão, os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. Fica eleito o foro central da Comarca da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão a Emissora e o Agente Fiduciário em 4 (quatro) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 03 de junho de 2014.



11
J







51

PÁGINA DE ASSINATURAS 01/02 DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUITROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL REAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA BSM ENGENHARIA S.A.

BSM ENGENHARIA S.A.

 Nome: Cargo:	 Nome: Cargo:
AUGUSTO ROCHA CIC: 810.813.757-87 CRA-RJ: 89-1-00053-5	Sami Just Diretor Financeiro CPF: 548.304.667-61

 **JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**
Nome: BSM ENGENHARIA S/A
Nire: 33.3.0027240-2
Protocolo: 00-2014/192040-8 - 04/06/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 05/06/2014. E O REGISTRO SOB O NÚMERO
E DATA ABAIXO.
ED33000534-6/000
DATA: 05/06/2014

Valéria G.M. Serra
SECRETÁRIA GERAL

 **JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**
Nome: BSM ENGENHARIA S/A
Nire: 33.3.0027240-2
Protocolo: 00-2014/192040-8
CERTIFICO QUE A PRESENTE FOTOCÓPIA TEM O MESMO VALOR
DO ORIGINAL DE ACORDO COM O INCISO II DO ARTIGO 78
DECRETO 1.800 DE 30 DE JANEIRO DE 1996 SOB O Nº ED33000534-6/000
DATA: 05/06/2014

Valéria G.M. Serra
SECRETÁRIA GERAL

X



PÁGINA DE ASSINATURAS 02/02 DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL REAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA BSM ENGENHARIA S.A.

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE VALORES MOBILIÁRIOS

Nome: **Pedro Silva**
Cargo: **Procurador**

Testemunhas:

Nome: **Nilson Raposo Leite**
CPF: **011.155.884-73**
RG: **5.79.235-5**

Nome: **Camila de Souza**
CPF: **117.043.127-52**
RG: **21.530.788-5**